

## Editorial

MERCADO  
CATIVO?

Apesar de ser um banco estatal, com finalidades precípua a um banco social, o Banco do Brasil atua também como banco comercial, concorrendo com os outros bancos comerciais. A disputa se acirrou com a fusão entre o Itaú e o Unibanco, quando o BB subiu para a segunda posição entre as maiores instituições financeiras do país.

Na execução dessa política, o banco vem captando a folha de pagamento do funcionalismo de vários Estados e municípios brasileiros, além de outros negócios, como o recolhimento de impostos e o crédito consignado. Certamente, se prevalece do seu status de banco estatal para isso, embora pague altos valores pelo privilégio.

Em 2007, seguindo o exemplo de São Paulo, o governo mineiro entregou a folha de pagamento e outras operações ao BB, recebendo a importância de R\$ 1,2 bilhão. Mais tarde, o banco obteve, também mediante pagamento, a exclusividade na exploração do crédito consignado concedido ao pessoal empregado pelo Estado.

Tudo estaria bem não fosse o fato de Estado e banco estarem negociando um capital que não lhes pertence, que é a capacidade de tomar empréstimos que pertence aos servidores públicos. Estes foram tolhidos na sua liberdade de contratar esses empréstimos a partir do momento em que só poderiam fazê-lo com o BB.

O Ministério Público Estadual viu mais na operação. Para esse, ela configurava desrespeito à livre concorrência, à medida que impedia outras instituições de atuarem no “mercado” dos servidores públicos do Estado. Numa economia de mercado, a criação de um mercado cativo não faz bem a produtores e consumidores.

Em razão desse questionamento, agora colocado também por entidades do funcionalismo, o governo está sendo obrigado a rediscutir a situação. Permanece, no entanto, alguma opacidade na situação, uma vez que é garantida ao banco a posição de “consignatário especial”, que ninguém sabe o que é.

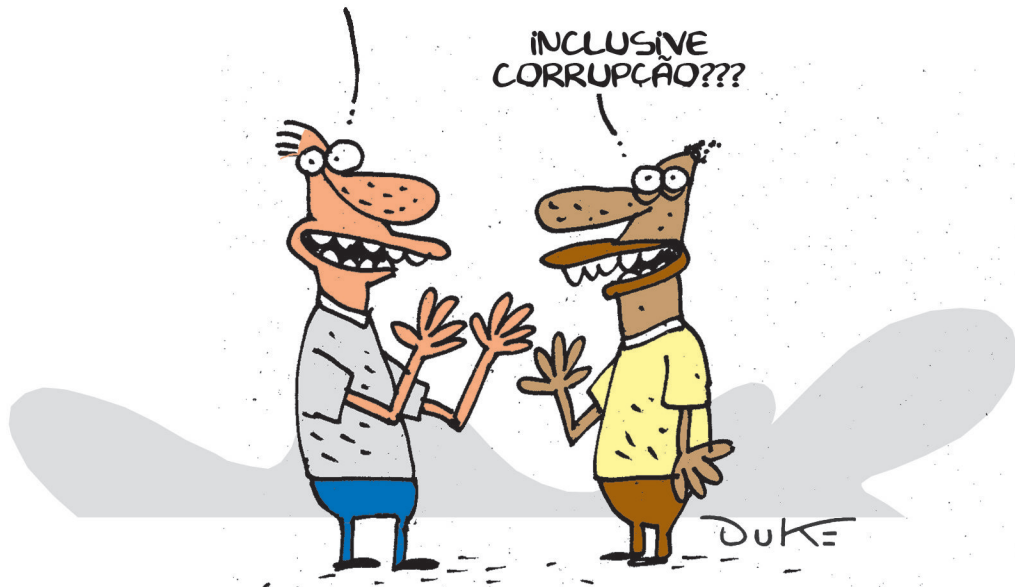
A questão exige mais e melhores esclarecimentos. Aguarda-se um próximo capítulo.

## SEMPRE EDITORA LTDA

<b>FUNDADOR</b>	Vittorio Medioli
<b>PRESIDENTE</b>	Laura Medioli
<b>VICE-PRESIDENTE</b>	Luiz Alberto de Castro Tito
<b>DIRETOR EXECUTIVO</b>	Teodomiro Braga
<b>DIRETOR FINANCEIRO</b>	Marcos de Oliveira e Souza
<b>GERENTE COMERCIAL</b>	<b>EDITORA EXECUTIVA</b>
Leandro Figueiredo	Lúcia Castro
<b>GERENTE DE TECNOLOGIA</b>	<b>SECRETÁRIA DE REDAÇÃO</b>
Fábio A. Santos	Michele Borges da Costa
<b>GERENTE INDUSTRIAL</b>	<b>ADJUNTA DA SECRETARIA DE REDAÇÃO</b>
Guilherme Reis	Aline Reskalla
<b>GERENTE ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO</b>	<b>EDITORES</b>
Walmir Prado	Primeira Página: Robert Wagner
<b>GERENTE DE MARKETING</b>	Opinião: Victor de Almeida
Alessandra Soares	Economia: Karlton Aredes
<b>GERENTE DE CIRCULAÇÃO</b>	Política: Carla Kreefft
Isabel Santos	Magazine: Silvana Mascagna
	Fotografia: Leonardo Lara
	Brasil/Mundo: Carla Chein
	Esportes: Denner Taylor
	Cidades: Carla Alves

## O.PINIÃO

Duke

O MINISTRO DA  
SAÚDE RECOMENDOU  
SEXO PARA COMBATER  
DOENÇAS CRÔNICAS!INCLUSIVE  
CORRUPÇÃO???

www.dukechargista.com.br



FÁTIMA OLIVEIRA

Médica

fatimaoliveira@ig.com.br

A imoralidade das propostas  
de candidaturas de “biscuit”

O recado é: chega de Lei de Cotas só no papel!

Com duas candidatas à Presidência da República, Dilma Rousseff e Marina Silva, a tendência é pensar que os partidos progressistas terão a decência de investir mais em candidaturas de mulheres. Não daquele tipo só para cumprir a lei de cotas de 30% para mulheres e, sem pudor, levá-las ao sacrifício e a vexames eleitorais, numa atitude de dupla moral. A demonstração do empenho de eleger mais mulheres é o rótulo de “prioridade de campanha”. O resto é conversa fiada.

Eis uma manchete reveladora: “Partidos buscam mulheres para preencher cota de 30% de candidaturas”. O conteúdo fala de caça às mulheres – como se elas estivessem fugindo da raia por analfabetismo político! “Os partidos estão à procura de candidatas para compor as chapas às Assembleias Legislativas e à Câmara dos Deputados. Embora mais da metade da população do país seja do sexo feminino, faltam aspirantes à política. A julgar pela vã batalha retórica empreendida por líderes partidários na tentativa de cooptá-las, neste pleito, assim como em 1998, 2002 e 2006, as chapas mal conseguirão integrar 15% de participação feminina”.

Após elencar desculpas rotas e esfarpadas de figuras como Roberto Freire (PPS), o deputado federal Rodrigo de Castro (secretário nacional do PSDB) e o deputado federal Reginaldo Lopes, presidente do PT mineiro, a matéria chega ao âmago da questão: “Motivos para resistir aos apelos, elas têm”. Dizer que faltam aspirantes femininas à política é um raciocínio machista ilimitado. É muita desfaçatez que só às soleiras das eleições comecem a “caçada”,

13 anos após a Lei de Cotas (lei federal nº 9504/97)! Donde se deduz que os partidos em geral passam ao largo da seriedade no tocante à justiça de gênero.

“Algumas revelam experiências frustrantes e repassam suas histórias em família e entre amigos. A cabeleireira Izabel Lina Alves, 45, guarda triste experiência de sua aventura eleitoral, quando concorreu pelo PTN a uma cadeira na Assembleia Legislativa mineira. “Prometeram-me recursos para bancar a campanha e fui dando cheques pré-da-

**Resumo da opereta:  
não faltam mulheres  
que desejam se  
candidatar, mas a  
maioria tem coragem  
de dizer não às  
propostas indecentes**

tados. No fim, estava endividada e só. Por isso, não pretendo voltar à política. A estrutura dos partidos está a serviço da eleição de uns poucos. E, em geral, homens”.

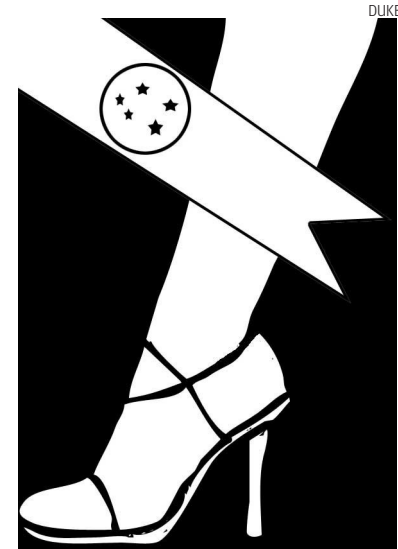
O que disse Izabel é voz corrente, de cabo a rabo, nos sentidos norte-sul: da nascente do rio Ailã no monte Caburaí (RR) à barra do arroio Chuí (RS); e de oeste-leste: da nascente do rio Moa, na serra da Contamana (AC) à ponta do Seixas (PB); até o extremo leste absoluto (ponta sem nome na ilha do sul do arquipélago de Martim Vaz). E isso não significa nada para os partidos? A matéria entrevistou a chefe do Departamen-

to de Ciência Política da UFMG, Marlise Matos, que desmontou o discurso demagógico da quase totalidade dos partidos brasileiros quando o assunto é viabilizar candidaturas femininas.

Pontuando que, quanto à presença de mulheres em cargos eletivos, a situação do Brasil é vergonhosa – décima posição mundial, com 8,8% de cadeiras na Câmara dos Deputados –, ela declarou que “nesse conjunto de 137 países estudados pela Inter-Parliamentary Union, o Brasil se iguala, por exemplo, aos países árabes, que também têm cerca de 9% de representação feminina” (Bertha Maakaroun e Ricardo Beghini, “Correio Braziliense”).

Resumo da opereta: não faltam mulheres que desejam se candidatar, mas a maioria tem coragem de dizer não às propostas indecentes de candidaturas de “biscuit”.

O recado é: chega de Lei de Cotas só no papel!



DUKE